

Setor de serviços cresce 6,6% em junho, maior taxa da série histórica

O volume do setor de serviços fechou o mês de junho com crescimento de 6,6% em relação a abril (livre de influências sazonais), registrando a maior expansão da série histórica iniciada em 2011.

O resultado foi divulgado na terça-feira (14), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e reverte a queda de 5% registrada em maio - quando ocorreu a greve dos caminhoneiros.

Mesmo com o crescimento de junho frente a maio, o setor de serviços fecha os primeiros seis meses do ano negativo em 0,9%, inferior à queda acumulada até maio, que era de -1,3%. Em relação a junho de 2017 (sem ajuste sazonal), o volume de serviços avançou 0,9%, registrando a segunda taxa positiva do ano nessa comparação.

O acumulado nos últimos 12 meses passou de -1,6% em maio para -1,2% em junho, mantendo a trajetória ascendente iniciada em abril de 2017, quando a taxa era negativa em 5,1%.

Atividade de transportes puxa crescimento

A expansão de 6,6% no setor de serviços de maio para junho reflete o avanço em quatro das cinco atividades pesquisadas pelo IBGE, no âmbito da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), e

foi puxado, principalmente, pelo setor de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, que cresceu 15,7% em junho, eliminando a perda de 10,6% de maio, "representando a expansão mais intensa da série histórica", disse o IBGE.

O segmento de transporte terrestre também alcançou o maior taxa da série ao crescer 23,4% em junho, impulsionado pelo aumento na receita das empresas de transporte rodoviário de carga, que representam 59,7% dos transportes terrestres.

Os demais resultados positivos vieram dos ramos de serviços de informação e comunicação (expansão de 2,5%), de outros serviços (3,9%) e de serviços profissionais, administrativos e complementares (0,4%).

A única exceção entre as cinco atividades foi a de serviços prestados às famílias que recuam 2,5% e assinalaram a segunda taxa negativa seguida, acumulando perda de 3,8%.

Ainda na série com ajuste sazonal, a média móvel trimestral subiu 0,8% frente ao mês anterior, recuperando parte da perda verificada no trimestre encerrado em maio (-1,4%).

Primeiro semestre

A queda de 0,9% no resulta-

do acumulado no primeiro semestre do ano, frente a igual período de 2017, reflete taxas negativas em três das cinco atividades e em 58,4% dos 166 tipos de serviços analisados.

Entre as atividades, os serviços de informação e comunicação e os profissionais, administrativos e complementares tiveram os principais impactos negativos sobre o índice global. No primeiro caso, a queda foi de 2,0% e, no segundo, de 2,1%.

Resultados regionais

Regionalmente, o crescimento de 6,6% no setor de serviços de maio para junho deste ano reflete expansão em 22 dos 27 estados.

Dentre os resultados positivos, o destaque é para São Paulo, o principal parque fabril do país, com crescimento de 4,6% na série dessazonalizada - a alta mais intensa desde o início da série histórica iniciada em janeiro de 2011.

Outros resultados positivos vieram de Minas Gerais, com crescimento significativo (9,8%); Paraná (10,1%); Rio de Janeiro (3,6%); Mato Grosso (22,6%); e Bahia (9,7%), todos revertendo as quedas de maio em função da paralisação dos caminhoneiros.

Já em relação a junho de

2017, o aumento do volume de serviços no Brasil (0,9%) foi acompanhado por apenas 8 das 27 unidades da federação, com São Paulo (1,7%), Rio de Janeiro (3,8%), Minas Gerais (3,5%) e Distrito Federal (5,9%) exercendo os principais impactos positivos.

Já os impactos negativos mais importantes ficaram com o Ceará (-8,5%), Rio Grande do Sul (-2,8%), Paraná (-2,3%) e Espírito Santo (-8,0%).

Atividades turísticas

O índice de atividades turísticas avançou 1,0% na pesquisa de maio para junho de 2018, recuperando parte da perda de 1,6% registrada no mês anterior.

Regionalmente, sete das doze unidades da federação acompanharam o movimento de crescimento, com destaque para São Paulo, que, ao avançar 2,7% no mês, acumulou ganho de 15,4% entre março e junho.

Outros impactos positivos vieram do Rio de Janeiro (1,0%) e Distrito Federal (4,7%). As atividades turísticas de Paraná (-3,1%) e Santa Catarina (-2,7%) mostraram os recuos mais importantes, com ambos acumulando perda de 5,9% nos dois últimos meses. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Erdogan diz que turcos vão boicotar iPhone e eletrônicos dos EUA

O presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, disse na terça-feira (14) que os turcos vão boicotar os produtos eletrônicos, inclusive o iPhone, que vêm dos Estados Unidos. A iniciativa é uma retaliação às sanções impostas pelo presidente norte-americano, Donald Trump, que aumentou os impostos sobre alumínio e aço. Paralelamente, os norte-americanos exigem a libertação de um religioso preso há dois anos na Turquia.

"Vamos boicotar os produtos eletrônicos dos EUA", disse Erdogan durante discurso em Ancara. "Vamos produzir todos os produtos que estamos importando do exterior, com moeda estrangeira aqui, e nós seremos os que exportam esses produtos. Vamos impor um boicote aos produtos eletrônicos dos Estados Unidos. Se eles têm iPhones, existe a Samsung do outro lado. E temos o nosso próprio Vestel", afirmou o presidente se referindo à fabricante turca de eletrodomésticos.

De acordo com Erdogan, os turcos enfrentam um "ataque econômico" e os Estados Unidos tentam "esfregar a Turquia pelas costas".

O governo Trump cobra da Turquia a libertação do pastor evangélico norte-americano Andrew Brunson, acusado de terrorismo e espionagem. O impasse entre os dois países levou à queda das bolsas de valores em vários países e afetou também o preço do dólar no Brasil. No mercado brasileiro, a situação indica estar normalizada. (Agência Brasil)

Governo italiano exige respostas após queda de ponte em Gênova

O governo italiano exigiu na terça-feira (14) resposta sobre a queda de um trecho de uma ponte na cidade de Gênova, que deixou um número ainda indefinido de mortos. O fato que gerou um debate sobre o estado das estradas do país. O balanço provisório é de 30 mortos e dezenas de feridos graves, de acordo com o ministro de Interior italiano, Matteo Salvini.

"Como italiano, farei tudo o que estiver nas minhas mãos para ter nomes e sobrenomes dos responsáveis passados e presentes, porque é inaceitável que na Itália se morra assim", declarou Salvini.

Na mesma linha mostraram-se outros membros do Executivo, formado pelo Movimento Cinco Estrelas (M5S) e pela Liga, como o ministro de Infraestruturas, Danilo Toninelli, que afirmou que "todos os responsáveis pagarão".

O acidente ocorreu por volta do meio-dia (7h em Brasília), por causas ainda desconhecidas, que deverão ser esclarecidas em uma investigação que começa nas próximas horas. No entanto, o estado das estradas italianas já é um assunto aberto, e sobre isso Toninelli destacou em entrevista ao canal Sky que a via era gerida pela empresa Autostrade per l'Italia, filial da Atlantia.

"A Autostrade per l'Italia tinha concessão do Estado para fazer a gestão e a manutenção dessa estrada. A manutenção é absolutamente da Autostrade", insistiu.

Após o acidente, a concessionária italiana explicou, em nota, que estava trabalhando para consolidar a manutenção da estrutura e que, "como estava previsto, tinha instalado uma ponteggiada para permitir o desenvolvimento de atividades". "Os trabalhos e o estado da ponte estavam sujeitos a constante observação das autoridades locais".

O ministro da Justiça, Alfonso Bonafede, definiu a queda da ponte como "verdadeira tragédia" e assegurou que "quem tiver que pagar, pagará".

Por sua vez, o presidente da região de Liguria, Giovanni Toti, garantiu, em nota, que "a área está sob controle" e que o Corpo de Bombeiros "está avaliando o risco de novas quedas".

Atualmente, estão na região mais de 200 bombeiros, mas também médicos, equipes da Defesa Civil e da Guarda Municipal, que trabalham para retirar todos os escombros e salvar quem possa ter ficado entre as ferragens, o que é a prioridade, segundo as autoridades. (Agência Brasil)

Dólar fecha em baixa de 0,78%, superando efeito da Turquia

A moeda norte-americana encerrou a terça-feira (14) em baixa de 0,78%, cotada a R\$ 3,8669, afastando os efeitos da crise turca, responsável por uma subida do dólar de 0,86% no preço (Bovespa), acompanhado a reação do dólar. O Banco Central segue com a política tradicional de oferta de swaps cambial, evitando leilões extraordinários de venda futura da moeda norte-americana.

O índice B3, da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), acompanhou a reação do dólar, terminando o pregão de terça-feira, (14) em alta de 1,43%,

com 78.602 pontos.

Efeito turco

A Turquia anunciou na segunda-feira (13) uma série de medidas para conter a forte desvalorização de sua moeda, em um momento de tensão com os Estados Unidos.

O Banco Central da Turquia (TCMB) injetou US\$ 6 bilhões no sistema financeiro do país para garantir a liquidez dos bancos e interromper a queda da lira turca em relação ao dólar.

Em comunicado, o TCMB informou que reduziu os limites de reservas de divisas permiti-

das aos bancos turcos para retirar liras do mercado, dar liquidez ao sistema e estabilizar o valor da moeda. "Com esta revisão, serão injetados no sistema financeiro aproximadamente 10 bilhões de liras (US\$ 3 bilhões) e US\$ 2 bilhões em liquidez equivalente ao ouro", afirmou a entidade na nota, divulgada em seu site.

O mecanismo de opção de reserva, criado em 2011, determina que um percentual das reservas financeiras de um banco turco pode estar em divisa estrangeira ou ouro, e parte deve estar em liras.

Na opinião dos analistas, a

queda da lira, que perdeu 25% do seu valor somente desde o início do mês (e cerca de 40% no ano), deve-se em parte às tensões diplomáticas com os Estados Unidos.

Os Estados Unidos exigem a libertação do clérigo protestante Andrew Brunson, detido na Turquia há dois anos sob acusação de terrorismo.

Na sexta-feira passada, o governo do presidente americano, Donald Trump, anunciou uma duplicação de tarifas no aço e no alumínio da Turquia, para 50% e 20%, respectivamente. (Agência Brasil)

Commodities lideram exportações do país em julho, diz FGV

O crescimento de 16,5% nos preços e de 21,9% no volume comercializado levaram as commodities a liderarem o volume das exportações brasileiras em julho, na comparação mensal, e foram as grandes responsáveis pelo saldo da balança comercial do país no mês passado, que fechou positivo em US\$ 4,2 bilhões.

A informação consta do Indicador de Comércio Exterior (Icomex), divulgado na terça-feira (14), pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre FGV). Com o resultado, o indicador fecha os sete primeiros meses do ano com um saldo acumulado de US\$ 34 bilhões, resultado inferior em US\$ 18,5 bilhões na comparação com igual período de 2017.

Segundo a publicação da FGV, em julho, "o crescimento das exportações está associado

ao bom desempenho das commodities, enquanto o das importações foi influenciado pelas importações de plataformas de petróleo por parte da Petrobras e de peçoeres para os campos do pré-sal da Bacia de Santos".

No saldo comercial do país em julho, os economistas da FGV destacam o aumento no volume exportado do complexo da soja, que na comparação mensal chegou a crescer 40%; petróleo e derivados (41,5%) e carnes (16,2%). Além disso, aumentos de preços acima de 2 dígitos foram registrados no complexo soja (11%), minério de ferro (34%) e petróleo e derivados (50%).

Eles ressaltam ainda o papel relevante da China nos resultados. As exportações de soja em grão para o país asiático aumentaram 65%, seguida de petróleo

com 154%, além do crescimento acima de 100% nas vendas de carnes bovina e suína.

A publicação da FGV indica que, em termos de valores, a variação das importações foi de 49,5%, resultado 22% acima da variação das exportações - na comparação entre julho deste ano com o mesmo mês do ano passado. No acumulado dos sete primeiros meses do ano, em relação aos de 2017, as importações cresceram 22% e as exportações 7,9%.

Considerações finais

Para os economistas da FGV, a balança comercial brasileira "permanece numa situação favorável" e o setor externo "continua não sendo um problema para a conjuntura econômica do país".

Eles avaliam, no entanto, que

a evolução da taxa de câmbio real efetiva, que desvalorizou 10,6% entre janeiro e julho de 2018, apresenta prós e contras. "Se por um lado a desvalorização é positiva para as exportações, variações acentuadas e volatilidade cambial não são favoráveis para operações de comércio exterior". O entendimento é de que "expectativas de desvalorizações adiam decisões de exportar e antecipam as de importar".

No que diz respeito à questão de médio/longo prazo, a avaliação é de que a concentração das exportações em commodities (em julho, soja em grão, minério de ferro e petróleo explícita 41% das exportações) cria uma dependência do mercado chinês que coloca questões sobre a agenda da política comercial para o próximo governo. (Agência Brasil)

BNDES devolve mais R\$ 40 bilhões ao Tesouro

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fez o pagamento antecipado adicional ao Tesouro Nacional de R\$ 40 bilhões relativos à liquidação de contratos firmados entre o banco e a União. O anúncio foi feito na terça-feira (14) pela instituição.

Com o pagamento, chega a R\$ 100 bilhões a antecipação

feita pelo banco ao Tesouro com o objetivo de reduzir o endividamento público neste ano. Um último pagamento está previsto para ser feito na última quinzena deste mês, no valor de R\$ 30 bilhões.

Desde dezembro de 2015, o BNDES liquidou em torno de R\$ 280 bilhões de dívidas com a União. Esse valor será elevado

para R\$ 310 bilhões até o final deste mês. A contribuição do BNDES para a redução da dívida bruta atingirá 5% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) entre 2015 e o final deste mês de agosto.

O BNDES destacou, por meio de sua assessoria de imprensa, que os recursos devol-

vidos só podem ser utilizados pela União para abate da dívida pública, segundo definiu o Tribunal de Contas da União (TCU) em 2016. Está vedada a utilização desses recursos para ampliação de despesas prioritárias do governo, entre as quais despesas com pessoal e investimentos. (Agência Brasil)

fale conosco através do e-mail: jornalodiasp@terra.com.br

Gaia Agro Securitizadora S.A.

FATO RELEVANTE
Referente Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDA, no âmbito da 1ª Série de Fidejussão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora")
GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Ministro José Carlos, nº 633, nº 633, praça Vila Nova Conceição, no Capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Securitizadora"), na qualidade de emissora da 1ª Série de Fidejussão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA, em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358/02, com as alterações nos termos das Instruções CVM nº 369/02, 449/02, 547/14, 552/14 e 568/15, vem divulgar o presente comunicado. Dando continuidade ao Fato Relevante divulgado pela Securitizadora via publicação em jornal, bem como aqueles apresentados à Comissão de Valores Mobiliários via sistemas Empresa Net, e Securitizadora vem expor aos Titulares de CRA da emissão em epígrafe que a USINA RIO PARDO S.A. ("USINA RIO PARDO"), inscrita no CNPJ/MF nº 08.527.828/0001-02, realizou a proposição de ação visando sua respectiva Recuperação Judicial, o processo foi autuado sob nº 001/1538-2/2018-8, 2018-0138 e tramita perante a 1ª Vara de Fazenda Rural de São Paulo/SP. Em seguida, transita o processo judicial de execução de garantias para amortização do saldo devedor, para satisfação da dívida aos Titulares de CRA, que foi objeto das Fatos Relevantes anteriores a esse. A princípio, a distribuição do pedido de Recuperação Judicial acima indicado não impactou a tramitação do processo no qual a Securitizadora visa resgatar os direitos e interesses dos Titulares de CRA, contudo, inclusive com perigo de bens de Iludista, garantidos para fazer frente à dívida contraída inicialmente pela Usina Rio Pardo. O presente comunicado é realizado para reportar os eventos aqui indicados. A Securitizadora seguirá adotando as medidas judiciais e extrajudiciais que entenda cabíveis, na forma autorizada no Termo de Securitização, sempre visando a proteção dos interesses dos Titulares de CRA, em relação ao disposto no presente Fato Relevante, em especial, quanto às garantias dos CRA.
São Paulo, 14 de agosto de 2018.
Gaia Agro Securitizadora S.A.